JOBIM, JOSÉ LUÍS. *LITERATURA E CULTURA: DO NACIONAL AO TRANSNACIONAL*.

Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

Anita Martins Rodrigues de Moraes
(Universidade Federal Fluminense)

Em *Literatura e cultura: do nacional ao transnacional*, José Luís Jobim reúne um conjunto de 10 ensaios que elaborou nos últimos anos (em pouco mais de uma década, segundo informa na apresentação do livro), de maneira que seu leitor pode acompanhar um produtivo percurso reflexivo, que se faz por retomadas e adensamentos. Os primeiros seis capítulos, de teor mais fortemente teórico, dedicam-se a historicizar e problematizar conceitos correntes no âmbito dos estudos literários e culturais, como os de *passado*, *identidade*, *crise*, *novo*, entre outros. Os quatro capítulos seguintes voltam-se para casos específicos, para a análise de certa realidade concreta que faz render a teorização anterior.

Já no primeiro capítulo, “O passado na história literária: modos de ver”, dedicado a pensar o conceito de passado através da problematização de noções correntes no âmbito da historiografia literária brasileira tradicional – como *autonomia*, *imitação*, *originalidade* –, tomamos contato com instigante proposição: podem ser notadas semelhanças entre o paradigma bíblico (que entende a história como providencial, sendo o advento da cristandade ponto de virada, instaurando um *antes* e um *depois*) e o paradigma nacionalista, que se desdobra numa historiografia literária organizada em torno do surgimento do nacional, de uma identidade nacional. A realização do caráter nacional na literatura seria a própria finalidade desta, de maneira que as histórias literárias se veriam encarregadas de revelar o *momento de virada* – ou seja, da passagem da imitação do modelo estrangeiro (europeu) para a autonomia e possível originalidade, que coincidiria com a expressão literária de uma suposta especificidade cultural/civilizacional brasileira.

Certa historiografia literária que aponte a *Revista Nitheroy* (1836) ou a Semana de Arte Moderna de 1922 como eventos de virada vê-se em questão. Jobim argumenta que tal historiografia acusadora da cópia, da imitação servil, tem pressuposta uma fantasiosa concepção da identidade da metrópole como “identidade absoluta”, estável e completa, que geraria imitações alhures. Entretanto, propõe o autor, “nenhuma identidade é absoluta, estanque em relação a outras culturas, autossuficiente” (p. 25). Outra premissa dessa historiografia literária que supõe um percurso da imitação para a criação é a de que existam níveis ou etapas de desenvolvimento cultural, de humanização. Nos termos do autor: “As sociedades que não tivessem passado por estes estágios e ainda não tivessem atingido um nível de progresso seriam menos modernas, precisariam de um período de preparação, transformação e espera para serem reconhecidas” (p. 25). Assim, durante a fase de formação, a literatura não teria condições de se produzir sem o influxo de modelos estrangeiros exclusivamente oriundos do “Velho Mundo”, advindos das “sociedades avançadas”, até pouco tempo chamadas de “nações civilizadas”. Como sabemos, em geral por avançadas / desenvolvidas / civilizadas são referidas as sociedades europeias e, por vezes, também a estadunidense. É recorrendo a uma carta de Mário de Andrade enviada a Drummond que Jobim desenvolve sua crítica. Na carta, de 1924, o escritor paulista apresenta a tese de que os escritores brasileiros tinham como tarefa passar de uma fase de imitação, ou mimetismo, para uma fase de criação. Ao desenvolver a ideia, Mário de Andrade evidencia uma apreciação extremamente negativa do chamado “primitivo”: “Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo. Nossos ideais não podem ser os da França porque as nossas necessidades são inteiramente outras, nosso povo outro, nossa terra outra etc. Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos do mimetismo pra fase da criação.” (p. 27). É no capítulo oitavo (“O original e o próprio, o derivado e o impróprio: Mário de Andrade e as trocas e transferências literárias e culturais”) que Jobim trata mais detidamente das ideias do escritor modernista, recorrendo também a sua correspondência. Valendo-se deste escritor para discutir a ideia de *influência*, Jobim adere a algumas de suas proposições, como a de que em “última aná-

lise tudo é influência neste mundo” (p. 152), argumentando que a busca da originalidade supõe um “sujeito autoral autônomo [...] que não pode ser separado de uma certa ascensão de valores burgueses ligados ao capitalismo, entre os quais o individualismo (na forma como se desenvolveu então) e a noção de *self made man*.” (p. 153) Vemos que o autor retoma discussão anterior, adensando-a, numa estratégia circular ou espiralar que caracteriza o livro.

Atentemos, contudo, para outras passagens citadas da mesma carta de Mário a Drummond, passagens em que o *primitivo* ressurge: “O despaisamento provocado pela educação em livros estrangeiros, contaminação dos costumes estrangeiros por causa da ingênita macaqueação que existe sempre nos seres primitivos, [...] esse despaisamento é mais ou menos fatal, não há dúvida, num país primitivo e de pequena tradição como o nosso. Pois é preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la. [...] É preciso começar esse trabalho de abasileiramento do Brasil [...]” (p. 161). Para Mário de Andrade, portanto, é preciso que o país se realize como civilização dotada de singularidade para que possa participar do concerto das nações civilizadas. O escritor continua: “O dia em que nós formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará mais rica de mais uma raça, rica numa nova combinação de qualidades humanas” (p. 161). O *primitivo* repõe-se como aquele que inescapavelmente imita (“macaqueia”), aquele que, incapaz de ação autônoma, estaria em uma suposta fase mimética. Penso que, na proposta modernista, o indígena enquanto tal não parece tornar a “humanidade mais rica”, importando apenas como ingrediente formador do brasileiro. Ou seja, este sim, quando constituído, poderia arvorar-se a participar, como contribuição relevante e enriquecedora, da humanidade civilizada... E se o indígena preferisse afirmar sua especificidade: teria esta escolha? É então que pergunto: o projeto nacional, de constituição do nacional (subentende-se, de uma identidade, uma expressão cultural dotada de certa homogeneidade e estabilidade de traços), não seria, em grande medida, um projeto colonial? A avaliação tão depreciativa do “primitivo” (termo comumente utilizado então para designar sociedades indígenas), presente na citada carta de Mário a Drummond, não seria disso um sintoma? Afinal, considerar o “primitivo” como macaqueador inato não apaga processos brutais de imposição/destruição cultural?

Estes questionamentos nos encaminham ao quinto capítulo do livro, intitulado “Português, inglês e espanhol nas Américas: línguas da modernidade?”, em que Jobim se ocupa da questão da imposição cultural a partir da língua. Ao tratar dos processos de imposição linguística no Brasil colonial, o autor esclarece que a chamada língua geral fora resultado do esforço catequético dos jesuítas, sendo já uma língua a serviço do colonizador, portanto. Por sua vez, a língua portuguesa foi imposta e sobreposta à língua geral no século XVIII, especialmente a partir da expulsão dos jesuítas. É com uma reveladora citação do próprio Marquês de Pombal que Jobim expõe a instrumentalização colonial do idioma: “Sempre foi máxima inalterável em todas as nações que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e tem mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles a língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe [...]” (p. 92). No Brasil, ao contrário, ter-se-ia estabelecido a língua geral, de maneira que, na avaliação do Marquês, “privados os índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanece[ra]m na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservaram [...]” (p. 92). Sua ordem é então expressa: que se estabeleça o ensino da língua portuguesa, sendo proibido aos índios que “usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa [...]” (p. 92). A imposição da língua do colonizador se traveste de ação emancipatória, já que a condição prévia do indígena é supostamente a de “sujeição”. Civilizar é libertar o indígena de seus bárbaros costumes, alçando-o ao patamar do civilizado, que seria, porque esclarecido, livre. Vemos aqui o discurso colonial em sua forma mais límpida, torcendo a brutalidade da imposição cultural em promoção da liberdade, já que a “civilização” é entendida como a plena realização do humano, previamente em estado bruto, selvagem, próximo do animal. Se os jesuítas pretendiam salvar os indígenas do paganismo, os ilustrados parecem pretender salvá-los da escravidão de um suposto estado de barbárie. Claro está, contudo, que “imitar” o europeu não consiste em gesto inevitável do indígena, impulsionado por condição primitiva ou fase mimética; a colonização se fez, torna-se evidente, nos termos de im-

posição brutal e violenta da cultura do colonizador. Nunca houve impulso mimético, houve (há ainda), sim, imposição agressiva.

Tratando do contexto linguístico contemporâneo, Jobim desvela também relações de poder. Nas chamadas *fonias*, adverte, a “homogeneidade dos grandes grupos, que se alega constatar na realidade, é também uma construção discursiva, recheada de problemas políticos [...]” (p. 102). Certamente, a lusofonia tem servido para mascarar, com tintas de uma aclamada solidariedade Sul-Sul, agressiva política capitalista de empresas brasileiras em países africanos, com apoio governamental patente. Não estaria hoje o Brasil assumindo, em alguns aspectos, o papel desempenhado outrora por Portugal? Note-se ainda que a própria satisfação com que alguns estudiosos brasileiros e portugueses recebem a notícia do aumento do número de falantes do português em países multilíngues, como os países africanos de língua oficial portuguesa (os PALOP), não se dissocia de um evidente descaso acerca da diminuição do número de falantes de outras línguas, as línguas africanas. Acalorados discursos em defesa da língua portuguesa, em âmbito internacional comumente preterida por outras, como a inglesa e a espanhola, costumam mascarar políticas linguísticas em que o português se sobrepõe e se impõe.

No nono capítulo, “Makunaíma/Macunaíma: caminhos de um personagem transnacional”, escrito em parceria com o professor Fábio de Almeida Carvalho, a perspectiva indígena, *do indígena*, faz-se considerada. Trata-se de um momento precioso do livro. Os autores partem do estudo dos mitos dos povos pemons em que figura o personagem Makunaími, mitos concebidos e transmitidos em situação de oralidade; abordam, então, os registros de Koch-Grünberg, passando pelo *Macunaíma* de Mário de Andrade (com atenção especial a seus prefácios inéditos), e se demoram no recente romance *Makunaíma en el valle de los Kanaimas* (2001), de Lino Figueroa, autor indígena (pemon, kamarakoto) e venezuelano. Atentando para os contextos específicos de produção e circulação das obras (orais e escritas) em que figura o herói, sua dimensão transnacional e multifacetada se delineia. Ao conhecermos aspectos do romance de Figueroa, é inevitável a pergunta: o que este autor pensaria de *Macunaíma*, de Mário de Andrade? Uma inquietação se instala: ao fazer uso dos mitos como material para a composição de sua obra, o escritor modernista não estaria se apropriando de bens culturais alheios, manipulando-os como

se estivessem ao seu dispor? A aposta no *nacional* como instância comum (reunindo a todos os habitantes do território) não apagaria relações desiguais de poder? Não penso haver resposta fácil, mas a preocupação ética com relação aos usos ideológicos da categoria do *nacional* inevitavelmente se coloca. De certa maneira, é categoria homogeneizadora como a das *fonias*, sobre as quais o autor já discorreu em capítulo anterior.

Chamar a atenção do leitor para ciladas no uso de certos conceitos e categorias é uma constante do livro. A cilada do “novo” em permanente ataque à tradição, por exemplo, é apontada como paradoxal situação de dependência, pois o discurso destruidor do velho só existe enquanto parasita aquilo que intenta destruir (ver capítulo 2, particularmente a análise das críticas de Vossler a Marinetti, p. 43-45). No capítulo “A Arte postal, *Arte-correo*, *Mail Art* como sistema”, o sétimo do livro, Jobim analisa fenômeno artístico interessante, em que poetas e artistas plásticos (por vezes, poetas-artistas plásticos) valem-se do correio como mecanismo de difusão alternativo aos de mercado. Trata-se, segundo o autor, de uma proposta combativa, que intenta destruir certas categorias-chave da arte burguesa, como autoria, valor e a própria ideia de obra. Entretanto, na elaboração de revistas e edições especiais, a preocupação com o valor estético se insinua (é inevitável certa seleção), como também um valor de mercado, que se materializa via colecionador.

Ao longo de todo o livro, Jobim desenvolve uma reflexão nuançada, atenta à complexidade dos problemas que investiga. Podemos dizer que lida, *grosso modo*, com duas ordens de realidade: o fenômeno mesmo das trocas e transferências culturais, por um lado; e a teorização já produzida sobre o fenômeno, por outro (teorização esta muitas vezes devedora de propósitos coloniais, como salienta). Avaliando casos concretos e problematizando teorias correntes, o autor desconstrói certos modos de ver e discretamente sugere outros modos, em sua perspectiva, mais profícuos. Como alternativa a uma historiografia pautada na premissa do progresso *versus* atraso, ou da civilização *versus* barbárie/primitivismo, Jobim propõe, por exemplo, a investigação das transferências e trocas culturais com atenção ao “contexto receptivo” como atuante. No caso brasileiro, isso implicaria perceber uma relação de diálogo, em que o polo nacional seja

compreendido como agente que seleciona e ressignifica as formas artísticas estrangeiras eventualmente modelares.

Os capítulos sexto, “Crise da cultura?”, e sétimo, “Trocas e transferências literárias e culturais: do nacional aos blocos transnacionais”, talvez sejam aqueles em que o autor mais claramente delinear seu projeto intelectual. Em seus termos: “No passado, criaram-se teorias sobre trocas e transferências literárias e culturais [...]. Se por um lado, a grande maioria destas teorizações serviu a propósitos colonialistas, por outro, a simples denegação delas pode tornar mais difícil a percepção dos resquícios e substratos destas teorizações nas teorias de hoje.” (p. 119). A apreciação cuidadosa de aspectos deste legado teórico, em jogo com a análise de eventos particulares e teorizações recentes, atravessa *Literatura e cultura*, constituindo uma contribuição oportuna para o pensamento contemporâneo. Resistindo à ingênua recusa à teorização e também à postura de simples ataque às categorias do passado (atitude esta que teria o inconveniente de se manter refém do que condena...), o autor apresenta apreciações críticas que instigam à reflexão. O leitor, acompanhando seu percurso, caracterizado por idas e vindas (como disse já, pensamento que se organiza por retomadas), é estimulado a participar. Isso porque, contribuição madura, o livro de Jobim resiste a apresentar programas; seu mérito é fomentar debates.

Recebido em: 13/04/2014.

Aceito em: 12/05/2014.